

# **IV Plano de Ação Federal para a Zona Costeira**

**2017/2019**



**Presidência da República**

Michel Temer

**Ministério do Meio Ambiente**

José Sarney Filho

**Secretaria Executiva**

Marcelo Cruz

**Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental**

Jair Vieira Tannus Junior

**Departamento de Gestão Ambiental Territorial**

Raimundo Nonato Castelo Cordeiro Filho

**Ministério da Defesa**

Raul Jungmann

**Secretaria Executiva**

Joaquim Silva e Luna

**Marinha do Brasil**

Almirante de Esquadra - Eduardo Bacellar Leal Ferreira

**Secretário da Comissão Interministerial para Recursos do Mar**

Contra-Almirante - Renato Batista de Melo

**Subsecretário para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira**

Capitão de Mar e Guerra (Ref<sup>o</sup>) - Celso Moraes Peixoto Serra

**EQUIPE TÉCNICA**

**Gerência Costeira**

Régis Pinto de Lima

Angelita de Souza Coelho

Salomar Mafaldo de Amorim Junior

Diego Pereira de Oliveira

**Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)**  
**Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)**  
**Membros do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)**

**Ministério do Meio Ambiente**

Raimundo Nonato Castelo Cordeiro Filho  
Régis Pinto de Lima

**Ministério das Relações Exteriores**

Paulo José Chiarelli Vicente de Azevedo  
Rodrigo Almeida

**Ministério dos Transportes**

Adilson Abade da Silva  
Cibele Dutra de França

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

Eduardo von Glehn Nobre  
Marcus Vinicius Gomes da Costa e Silva

**Ministério de Minas e Energia**

Renato Lima Figueiredo Sampaio

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Fábio Ribeiro Servo  
Alexandre Sérgio Piovesan

**Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação**

Felipe Moraes Santos  
Andréa Cancela da Cruz-Kaled

**Ministério do Turismo**

Gabrielle Nunes de Andrade  
Ana Carla Fernandes Moura

**Ministério da Integração Nacional**

Vaico Oscar Preto Filho  
Cássio Guilherme Rampinelli

**Ministério das Cidades**

Fernanda Ludmila Elias Barbosa  
Talitha Bensiman Ciampi

**Secretaria de Portos da Presidência da República**

Rafaela Dias Pires  
Sérgio Luis Siebra Moreira

**Ministério Público Federal**

Gisele Elias de Lima Porto Leite  
Sheila Cavalcante Pitombeira

**Estado-Maior da Armada**

Teresa Cristina Cavalcanti Soares  
Itamar da Silva dos Santos

**Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar**

Celso Moraes Peixoto Serra  
Flávio Luiz Giacomazzi  
Vitória Régia Coelho Costa

**Secretaria do Patrimônio da União**

Sidrack de Oliveira Correia Neto  
André Luís Pereira Nunes

**Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**

Larissa Carolina Amorim dos Santos  
Henrique Anatole C. Ramos

**Empresa de Petróleo Brasileiro S/A**

Ivan Cesar Lobo Rezende  
Ana Beatriz de Sousa Ferreira

**Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

Ana Paula Leite Prates  
Kátia Torres Ribeiro

**Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

Marcos Maia Porto  
Maria Luiza Almeida Gusmão

**Agência Nacional de Águas**

Joaquim Guedes Correa Gondim Filho  
José Luiz Gomes Zoby

**Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente**

Andréa Olinto  
Helen Norões Rolim

**Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente**

Antonio Fernandes Cavalcante Junior

**ONG indicada pelo Conama (Sociedade Civil)**

Yara Schaeffer-Novelli  
Luiz Mourão de Sá

**Subgrupo de Integração dos Estados Costeiros**

Ana Maria Teixeira Marcelino (Representante NE)  
Eduardo Trani (Representante S-SE)  
Diana da Silva Castro (Representante N-NE)  
Fábola pereira de Azevedo (Suplente N-NE)

**Comunidade Científica**

Marcus Polette (Univali)  
Alexander Turra (USP)

**Confederação Nacional do Comércio**

Alexandre Sampaio

Camila Beraldo

**Confederação Nacional do Transporte**

Luis Fernando Resano

**Confederação Nacional da Indústria**

Gabriel Calzavara de Araújo

**Confederação Nacional das Instituições  
Financeiras**

Guilherme de França Teixeira

**Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e  
Biocombustíveis**

Ana Beatriz Stepple

Luciene Ferreira Pedrosa

**Serviço Geológico do Brasil - Companhia Pesquisa  
Recursos Minerais**

Hortência Maria Barboza de Assis

Márcio Martins Valle

### **Lista de Siglas**

ANAMMA: Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente  
ANTAQ: Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
ABEMA: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente  
CIRM: Comissão Interministerial para os Recursos do Mar  
Conama: Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CGERCO: Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro  
CPRM: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
EMA: Estado Maior da Armada  
G17: Subgrupo de Integração dos Estados Costeiros  
GI-Gerco: Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro  
Ibama: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IOUSP: Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo  
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MMA: Ministério do Meio Ambiente  
MPF: Ministério Público Federal  
MTPA: Transportes, Portos e Aviação Civil  
MTur: Ministério do Turismo  
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OEMA: Órgãos Estaduais do Meio Ambiente  
PAF-ZC: Plano de Ação Federal para a Zona Costeira  
PGI: Planos de Gestão Integrada  
PNGC: Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro  
PEGC: Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro  
PMGC: Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro  
SECIRM: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar  
SEP: Secretaria de Portos da Presidência da República  
SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SPU: Secretária de Patrimônio da União  
ZEEC: Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

## Sumário

1. Contexto e objetivos gerais	7
2. Elaboração do IV PAF-ZC (triênio 2017-2018)	7
3. Ações propostas	8
4. Planos de trabalho	10
5. Monitoramento	35

## 1. CONTEXTO E OBJETIVOS GERAIS

O Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro, criado pela Portaria Ministerial nº 440/MB, de 1996, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, tem como objetivo promover a articulação das ações federais incidentes na zona costeira. Para tanto, deve ser elaborado o Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, com vistas a apoiar a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Conforme Portaria nº 488/MB, de agosto de 2013, compõem o GI-Gerco, com direito a voto, um representante de cada ministério, das secretarias especiais da Presidência da República, das agências reguladoras e empresas públicas com políticas incidentes na zona costeira, bem como os representantes de instituições de representação de setores econômicos e da sociedade civil.

O PAF-ZC é um instrumento do PNGC, instituído pela Lei nº 7.661/88, criado e regulamentado pelo Decreto nº 5.300/04. Visa o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação e tem por objetivos: promover, entre os membros do GI-GERCO, ações integradas relacionadas à gestão costeira; priorizar ações que desenvolvam a capacitação de pessoal e das instituições quanto à implantação e avaliação dos instrumentos de gerenciamento costeiro já existentes e contribuir com experiências setoriais exitosas na busca de soluções inovadoras para a gestão costeira.

O Plano estabelece um referencial acerca da atuação da União na região, apresentando uma síntese das ações federais priorizadas para o planejamento e gestão da zona costeira. A quarta versão do PAF-ZC, para o triênio 2017-2019, é resultado de um processo de construção participativo, que contou com efetiva participação dos setores e grupos representados no GI-Gerco.

## 2. ELABORAÇÃO DO IV PAF-ZC (TRIÊNIO 2017-2018)

O VI PAF-ZC foi elaborado ao longo do ano de 2017, com as discussões e debates ocorrendo durante as sessões do GI-Gerco e a elaboração dos planos de trabalho sendo concluídas através da comunicação digital entre os membros do Grupo.

Antes da primeira sessão do ano (56ª), realizada em 06 de abril de 2017, a Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro, do Ministério do Meio Ambiente, solicitou aos membros do GI-Gerco o encaminhamento de sugestões de ações para o próximo PAF-ZC. Várias ações foram enviadas. No decorrer da sessão, novas propostas foram apresentadas, totalizando, ao

final, 16 ações. Como encaminhamento de pauta, foi deliberado que os proponentes de cada ação deveriam elaborar um plano de trabalho, de acordo com modelo apresentado e aprovado na sessão, com prazo máximo de envio à CGERCO até 30 de abril de 2017. Esse plano de trabalho conteria as informações básicas de cada ação, que seriam usadas durante a fase de monitoramento do IV PAF-ZC. A partir do plano de trabalho, cada coordenador de ação identificaria possíveis parceiros para execução da ação e detalharia o cronograma de trabalho.

Na sessão seguinte do GI-Gerco (57ª), realizada em 09 de agosto de 2017, foram apresentados e discutidos os planos de trabalho recebidos pela CGERCO (total de 9 ações), além de seis ações adicionais apresentadas no decorrer da sessão. Como encaminhamento da sessão, foi definida a data de 30 de setembro de 2017 para que os membros finalizassem os planos de trabalho e os enviassem à CGERCO, sendo que as ações que fossem similares deveriam ser unificadas pelos proponentes. Deliberou-se, ainda, que esse novo PAF-ZC teria duração de 3 anos (2017-2019) e que o mesmo seria aprovado na próxima sessão do GI-Gerco.

Assim, o IV PAF-ZC (2017-2019) foi considerado aprovado na 58ª Sessão do GI-Gerco, realizada em 18 de outubro de 2017, sendo composto por 18 ações, de acordo com o descrito na sequência.

### 3. AÇÕES PROPOSTAS

O IV PAF-ZC é composto por 18 ações, que buscam, através do diálogo e ação participativa dos membros do GI-Gerco, soluções para os problemas com incidência na Zona Costeira (Tab.1). Os prazos de execução possuíam o limite máximo de 3 anos, prazo de duração do IV PAF-ZC.

**Tabela 1. Ações e cronograma do IV PAF-ZC (triênio 2017-2019)**

Nº	Título	Coordenador	Prazo para conclusão
1	Plano de ação para o combate ao Lixo no Mar	Comunidade Científica	2º semestre de 2018
2	Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil	MMA	2º semestre de 2019
3	Projeto Alt-Bat	MMA	2º semestre de 2019
4	Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro (ENCOGERCO)	MMA	2º semestre de 2018
5	Procosta fase 1 – concepção, formalização e divulgação	MMA	1º semestre de 2018
6	Prevenção, Controle e Monitoramento Socioambiental nos Portos do Brasil	MTPA	2º semestre de 2018
7	Desenvolver metodologia de Avaliação dos Planos de Gestão Integrada	SPU	2º semestre de 2019



8	Promover ações de treinamento e capacitação voltadas para a zona costeira	Comunidade Científica	-
9	Integrar e articular o Projeto Orla aos Planos Diretores Municipais	Comunidade Científica	-
10	Ampliar o número de Estados com Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (PEGC)	G17	2º semestre de 2019
11	Identificar e divulgar as boas práticas desenvolvidas pelo G17 e municípios costeiros relacionadas à gestão da zona costeira, marinha e flúvio-estuarina	G17	2º semestre de 2019
12	Identificar os estados que ainda não implantaram o ZEEC e acompanhar os que estão em fase de elaboração e implantação, visando o fortalecimento deste instrumento do PNGC	G17	2º semestre de 2019
13	Avaliar as ações efetivas dos Comitês da Orla Marítima e dos PGIs, considerando as modificações recentes da Lei 13.240/2015 e o Termo de Adesão, por intermédio das Comissões Técnicas Estaduais	G17	2º semestre de 2019
14	Regular o tráfego de veículos automotores e embarcações em área de praias	G17	2º semestre de 2018
15	Contribuir para a implementação do ODS 14 (Vida Subaquática) no Brasil	Sociedade Civil	2º semestre de 2019
16	Contribuir para a aprovação e implementação das ações presentes no PL 6.969/2013	Sociedade Civil	2º semestre de 2019
17	Desenvolver estudo de caso regional de governança costeira-marinha integrada para o Ecossistema Babitonga (Santa Catarina)	ANAMMA	2º semestre de 2019
18	Promover ações para divulgação e implementação da Lei nº12.340/15 e sua regulamentação sobre a transferência da gestão das praias urbanas aos municípios	MPF	2º semestre de 2019

## 4. PLANOS DE TRABALHO

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 1</b>	<b>Plano de ação para o combate ao Lixo no Mar</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	Política Nacional de Resíduos Sólidos (MMA) Projeto ORLA (SPU/MMA) Programa Cidades Sustentáveis (MMA)	
<b>ODS associado</b>	14: 14.1, 14.2 (Compromisso Voluntário nº 19.679)	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Poluição Impactos ambientais e socioeconômicos	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Turismo, Transporte marítimo (SEP e ANTAq), Minas e energia, Pesca e aquicultura, Defesa, setor produtivo (cadeia produtiva dos resíduos), terceiro setor, academia, governos municipal e estadual	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos (PNRS) Logística Reversa dos resíduos e embalagens pré-consumo e pós-consumo (PNRS) Macrodiagnóstico da Zona Costeira Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira Planos Municipal e Estadual de Gerenciamento Costeiro Planos Municipal e Estadual de Saneamento Planos Municipal e Estadual de Resíduos Sólidos Projeto Orla	
<b>Objetivo(s)</b>	Promover a integração multisetorial para prevenção e remediação dos resíduos sólidos no ambiente marinho	
<b>Meta(s)</b>	Realização do 1º Seminário para Combate ao Lixo no Mar Publicação do livro “Lixo nos mares: do entendimento à solução” (IOUSP/MMA) Publicação da História em Quadrinho “Esse lixo é seu?” (IOUSP/MMA/SECIRM/EMA) Proposição de ações concretas e articuladas para abordar a questão no Brasil de forma estruturante e integrada	
<b>Coordenador</b>	Comunidade Científica	
<b>Produto</b>	Relatório de avaliação dos seminários; livro “Lixo nos mares: do entendimento à solução”; história em quadrinho “Esse lixo é seu?”; relatório com a proposição de ações	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: 1º Seminário para Combate ao Lixo no Mar	11/2017
	Atividade 2: Publicação do livro “Lixo nos mares: do entendimento à solução”	10/2017
	Atividade 2: Publicação da História em Quadrinho “Esse lixo é seu?”	10/2017
	Atividade 4: Reuniões setoriais e multisetoriais (bimestrais)	10/2018
	Plano de ação para o combate ao Lixo no Mar	10/2018
	2º Seminário para Combate ao Lixo no Mar	10/2018
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Seminário organizado e realizado
	INDICADOR 2	Livro publicado
	INDICADOR 3	HQ publicada
	INDICADOR 4	6 reuniões realizadas

	INDICADOR 5	Relatório com a proposição de ações
	INDICADOR 6	Seminário organizado e realizado
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Webpage da ação, e-mails, publicações (livro e HQ), relatos em cada reunião/evento do GI-Gerco.	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Discussões setoriais que culminarão com a proposição de ações concretas e articuladas para abordar a questão no Brasil de forma estruturante e integrada	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Os estados estarão integrados nas discussões multisetoriais	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Os municípios estarão integrados nas discussões multisetoriais	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 2</b>	<b>Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)	
<b>ODS associado</b>	14	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Ausência de informações setoriais atualizadas, sistematizadas e disponibilizadas sobre a zona costeira em escala nacional	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Público, privado e sociedade em geral	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	O próprio	
<b>Objetivo(s)</b>	Produzir nova versão do Macrodiagnóstico da zona costeira e marinha do Brasil	
<b>Meta(s)</b>	Disponibilizar informações atualizadas sobre a zona costeira em escala nacional	
<b>Coordenador</b>	Ministério do Meio Ambiente	
<b>Produto</b>	Macrodiagnóstico produzido e disponibilizado	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Elaborar Termo de referência para contratação para execução	12/2017
	Atividade 2: Contratar executor	06/2018
	Atividade 3: Produzir nova versão do Macrodiagnóstico	12/2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Termo de referência elaborado
	INDICADOR 2	Executor trabalhando
	INDICADOR 3	Plataforma digital online
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Termo de Execução Descentralizada com instituição federal	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>		
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 3</b>	<b>Projeto Alt-Bat</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	Plano Plurianual (PPA)	
<b>ODS associado</b>	14	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Ausência de compatibilidade entre altimetria continental e batimetria marinha	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Público, privado e sociedade em geral	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Meta do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima	
<b>Objetivo(s)</b>	Apoiar o Comitê de Integração dos Componentes Verticais Terrestre e Marítima (CICVTM/CONCAR) no desenvolvimento de metodologia para a Integração das Altitudes Terrestres e Marítimas – Projeto Alt-Bat	
<b>Meta(s)</b>	Definir a metodologia de compatibilização dos componentes verticais terrestre e marítimo	
<b>Coordenador</b>	Coordenação-Geral de Gerenciamento Costeiro/Ministério do Meio Ambiente	
<b>Produto</b>	Metodologia de compatibilização definida	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Reuniões do CICVTM	12/2019
	Atividade 2: Reuniões estaduais	
	Atividade 3: Participação em eventos científicos	
	Atividade 4: Acompanhar o desenvolvimento dos projetos pilotos de compatibilização (RJ, SC e PE/AL e litoral norte)	
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Número de reuniões do CICVTM
	INDICADOR 2	Número de reuniões estaduais
	INDICADOR 3	Número de eventos científicos
	INDICADOR 4	Número de projetos pilotos finalizados
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Através de articulações no CICVTM/Concar	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Através da articulação com Oemas e Universidades, unidades do IBGE e CPRM	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 4</b>	<b>Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro – ENCOGERCO</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	PNGC	
<b>ODS associado</b>	14	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Baixa articulação institucional para o gerenciamento costeiro e ausência de fóruns nacionais para intercâmbio entre gestores públicos e academia	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Público, privado e academia	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Plano de Ação Federal da Zona Costeira Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro	
<b>Objetivo(s)</b>	Organizar o Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro – ENCOGERCO	
<b>Meta(s)</b>	Viabilizar e organizar o Encogerco	
<b>Coordenador</b>	Ministério do Meio Ambiente	
<b>Produto</b>	Encontro realizado	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Definição do organizador do evento	07/2017
	Atividade 2: Elaboração de Termo de Execução Descentralizada (se houver disponibilidade de recursos)	01/2018
	Atividade 3: Acompanhar a organização do evento	07/2018
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Organizador definido
	INDICADOR 2	Termo de Execução Descentralizada publicado
	INDICADOR 3	Evento realizado
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Parceria entre CGERCO + comunidade científica + Oemas	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Parceria entre atores locais	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 5</b>	<b>Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa (Procosta) fase 1 – concepção, formalização e divulgação</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima Plano Nacional de Recursos Hídricos	
<b>ODS associado</b>	14 (Compromisso Voluntário nº 19.679)	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Erosão e inundação costeira, eventos extremos, intrusão salina, exploração desordenada da costa, com riscos e vulnerabilidades socioeconômicos ambientais	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Público, privado e sociedade em geral	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira	
<b>Objetivo(s)</b>	Estabelecer um programa de monitoramento, gestão e conservação da atual linha de costa e da Zona Costeira (Procosta)	
<b>Meta(s)</b>	Elaboração do documento técnico científico do programa Formalização institucional Lançamento e divulgação	
<b>Coordenador</b>	Ministério do Meio Ambiente	
<b>Produto</b>	Programa lançado	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Concepção do programa	09/2017
	Atividade 2: Formalização	11/2017
	Atividade 3: Lançamento	06/2018
	Atividade 4: Divulgação	Contínuo
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1 e 2	Documento publicado
	INDICADOR 2	Evento de lançamento realizado
	INDICADOR 3	Número de peças publicitárias divulgadas
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Evento de lançamento, reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Planejamento estratégico do CGERCO e proposta de inclusão no novo PPA	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>		
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019	
<b>Ação 6</b>	<b>Prevenção, Controle e Monitoramento Socioambiental nos Portos do Brasil</b>
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	<p>Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica. Acompanhamento e Monitoramento de Programas e/ou ações de Prevenção</p> <p>Monitoramento e Controle de Espécies Bioinvasoras Aquáticas na área de influência dos Portos do Brasil</p> <p>Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e o Ministério do Trabalho, objetivando promover a inclusão de cooperativas e/ou associações de catadores e catadoras na coleta seletiva de matérias recicláveis e ações de economia solidária e educação ambiental nos Portos Públicos</p> <p>Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR, doravante Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, e o Serviço Social do Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST/SENAT</p>
<b>ODS associado</b>	12: 12.4, 12.5, 12.8; 15.8
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	<p>Geração de resíduos</p> <p>Perda de Biodiversidade (Fauna Sinantrópica Terrestre e introdução de espécies exóticas aquáticas)</p> <p>Saúde Pública (entrada, disseminação de vetores endêmicos e pandemias)</p>
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Secretaria Nacional de Portos - MTPA, Ministério do Trabalho - MTb, ANTAQ e possíveis parcerias como ANVISA e Ministério da Saúde – MS
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	<p>Lei nº 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)</p> <p>Decreto Nº 4.297, DE 10 de Julho de 2002 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE</p> <p>Resolução ANVISA RDC 56/2008: Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Sanitárias no gerenciamento de resíduos sólidos nas áreas de portos, aeroportos, passagens de fronteiras e recintos alfandegados;</p> <p>Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 72, de 29 de dezembro de 2009: Dispõe sobre o Regulamento Técnico que visa à promoção da saúde nos portos de controle sanitário instalados em território nacional, e embarcações que por eles transitam</p> <p>Portaria nº 104, de 29/04/2009 da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR - doravante denominado Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil/MTPA -, dispõe sobre a criação e estruturação do Setor de Gestão Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho nos Portos e Terminais Marítimos, bem como naqueles outorgados às Companhias Docas</p> <p>Instrução Normativa Nº 141 de 19 de dezembro de 2006 (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva)</p> <p>Informe sobre as espécies exóticas invasoras marinhas no Brasil (2009) – Ministério do Meio Ambiente</p> <p>Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992)</p> <p>Manual Integrado de Vigilância Epidemiológica da Cólera 2010. Ministério da Saúde</p>
<b>Objetivo(s)</b>	<p>Monitorar e acompanhar as ações de gerenciamento de resíduos sólidos, efluentes líquidos e Fauna Sinantrópica Nociva</p> <p>Realizar diagnose das espécies exóticas invasoras aquáticas no território portuário</p> <p>Estimular a expansão de cooperativas e/ou associações de catadores e catadoras na coleta seletiva de materiais recicláveis, com fomento às ações de economia solidária e educação socioambiental nos portos</p> <p>Incentivar as boas práticas da Relação Porto Cidade a fim de maximizar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos causados pela atividade portuária, por meio de capacitação e qualificação em Saúde, Segurança, Educação Ambiental e Social</p>



<b>Meta(s)</b>	Subsidiar a elaboração/atualização e implantação de PGRS em 35 Portos Subsidiar a implantação e/ ou fortalecer a coleta seletiva de materiais recicláveis e ações de economia solidária e educação ambiental em 10 Portos Elaborar diretrizes para prevenção, monitoramento e controle de espécies exóticas invasoras em 15 Portos Realizar ações de qualificação e capacitação em saúde, segurança e educação ambiental em 20 Portos	
<b>Coordenador</b>	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	
<b>Produto</b>	Relatório de atendimento das metas previstas de Prevenção, Controle e Monitoramento Socioambiental nos Portos do Brasil	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Relatório de acompanhamento e monitoramento das ações do 1º semestre/2017	30/06/2017 – 20%
	Atividade 2: Relatório de acompanhamento e monitoramento das ações do 2º semestre/2017	31/12/2017 – 20%
	Atividade 3: Relatório de acompanhamento e monitoramento das ações do 1º semestre/2018	30/06/2018 – 20%
	Atividade 4: Relatório final de acompanhamento e monitoramento das ações PAF 2017/2018	31/12/2018 – 40%
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	35 Portos com PGRS elaborado/ atualizado e implantado
	INDICADOR 2	10 Portos com Coleta Seletiva e ações de economia solidária
	INDICADOR 3	15 Portos com diagnose elaborada e plano de monitoramento de Espécies Invasoras Exóticas
	INDICADOR 4	20 Portos com pessoas qualificadas e capacitadas
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Site do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo – SIOP, Relatório de Gestão e demais instrumentos de comunicação oficial	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Visitas técnicas, assessoramento técnico, acompanhamento por meio de instrumento de gestão em parceria com as Companhias Docas, por meio de relatório individual de execução das ações	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Visitas técnicas, assessoramento técnico, acompanhamento por meio de instrumento de gestão em parceria com os Portos Delegados e Autorizados, por meio de relatório individual de execução das ações	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 7</b>	<b>Desenvolver metodologia de Avaliação dos Planos de Gestão Integrada</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>		
<b>ODS associado</b>	11: 11.3, 11.4	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Urbanização Ocupação desordenada da orla	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Turismo, construção civil e setor imobiliário, governo municipal, setor portuário, comunidades tradicionais pesqueiras	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Plano Nacional de Gestão do Patrimônio da União Projeto Orla Transferência da Gestão das Praias marítimas Urbanas aos Municípios Costeiros	
<b>Objetivo(s)</b>	Foi instituída pela Lei 13.240/2015 a possibilidade de transferir a gestão das praias urbanas aos Municípios por meio do termo de adesão, que se encontra disponível para assinatura. Um dos encargos previstos no instrumento é o prazo de 3 anos para apresentação do plano de gestão integrada da orla. Caso este encargo seja descumprido o instrumento é encerrado, voltando a gestão à SPU. Não há interesse que o termo seja cancelado, portanto, cabe a construção de uma estratégia de monitoramento e fomento para que estes planos sejam elaborados e analisados pelas SPU/UFs	
<b>Meta(s)</b>	Elaborar o modelo do relatório de gestão anual de modo a acompanhar a gestão municipal com foco na qualificação dos espaços Elaborar indicadores de qualificação das praias segundo os critérios: ambiental; acesso público; infraestrutura, serviços e equipamentos turísticos; transparência da gestão; e tratamento das reclamações dos usuários Fomentar a elaboração de PGIs, avaliar os PGIs entregues pelos Municípios e acompanhar a execução dos PGIs já elaborados	
<b>Coordenador</b>	Secretaria do Patrimônio da União	
<b>Produto</b>	Relatório anual de gestão; Indicadores de qualificação continuada; Desenvolvimento de estratégia de fomento para a elaboração dos PGIs pelos Municípios que assinaram o termo de adesão; Construção de metodologia para avaliação dos PGIs entregues com base no conteúdo exigido pelo termo de adesão e boas práticas reconhecidas; Construção de estratégia para acompanhamento da execução dos PGIs elaborados	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Elaboração do relatório anual de gestão	05/2018
	Atividade 2: Desenvolvimento dos indicadores que qualificação continuada	07/2018
	Atividade 3: Estratégia de fomento para elaboração de PGIs	12/2018
	Atividade 4: Construção de metodologia para avaliação dos PGIs	07/2019
	Atividade 5: Estratégia de acompanhamento da execução dos PGIs	12/2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Relatório anual de gestão publicado e disponibilizado
	INDICADOR 2	Indicadores publicados e disponibilizados
	INDICADOR 3	Estratégia publicada e disponibilizada
	INDICADOR 4	Metodologia publicada e disponibilizada

	INDICADOR 5	Estratégia publicada e disponibilizada
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	WEB, Posters, videoconferências, reuniões, articulações com cursos de capacitação	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	<p>Articulação interna da SPU para desenvolvimento de gerenciamento de base de dados e acompanhamento dos processos de adesão à gestão de praias</p> <p>Levantamento dos conteúdos básicos que comporão os produtos e disponibilização de atos e normativos significativos para a gestão costeira</p> <p>Contratação de consultoria especializada para desenvolvimento dos produtos 3, 4 e 5</p> <p>Ampla articulação com demais membros do GI-Gerco e AGU</p>	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Ampla articulação com o G17, Comissões Técnicas Estaduais do Projeto Orla, Associações de municípios, AGU e MPF	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	<p>Articulação e suporte aos Municípios que aderiram ao termo para a gestão de praias.</p> <p>Divulgação dos conteúdos básicos dos PGIs e aplicação das estratégias elaboradas</p> <p>Ações conjuntas de fiscalização</p>	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 8</b>	<b>Promover ações de treinamento e capacitação voltadas para a zona costeira</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>		
<b>ODS associado</b>	7; 14; 15	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Erosão costeira Urbanização	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Turismo, construção civil e setor imobiliário, governos estadual e municipal, setor ambiental, portuário, energia, pesca artesanal, maricultura, entre outros	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	ZEEC Sistema de Monitoramento Costeiro Relatório de Qualidade Ambiental Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro Projeto Orla SNUC	
<b>Diretrizes e Ações da Política Nacional de Adaptação</b>	Nenhum relacionado diretamente	
<b>Objetivo(s)</b>	Capacitar técnicos das prefeituras dos municípios costeiros acerca de temas relevantes associados aos seguintes temas: Ordenamento territorial e Plano Diretor Projeto Orla e a Lei 13.240/2015 Riscos Costeiros e mudanças climáticas globais Gestão de Praias	
<b>Meta(s)</b>	Desenvolver 5 cursos ao ano associados aos seguintes instrumentos de gestão costeira: Sistema de Monitoramento Costeiro, Relatório de Qualidade Ambiental, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, Projeto Orla	
<b>Coordenador</b>	Comunidade Científica	
<b>Produto</b>	NÃO APRESENTADO	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	NÃO APRESENTADO	
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Número de cursos efetuados sobre gestão costeira (ou temas associados)/ano
	INDICADOR 2	Número de técnicos de prefeituras capacitados/ano
	INDICADOR 3	Número de universidades envolvidas no processo de capacitação/ano
	INDICADOR 4	% de conceitos: ótimo e muito bom obtidos na avaliação do curso
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	WEB, Posters, Folders, Jornais locais e Aplicativos	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Levantamento das universidades federais com cursos correlatos às áreas das ciências do mar capazes de realizar capacitação nos temas abordado Apoio e participação dos órgãos federais nos cursos de capacitação	

	Elaboração de uma ementa integrada junto às universidades
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Levantamento das universidades estaduais com cursos correlatos às áreas das ciências do mar capazes de realizar capacitação nos temas abordados Apoio e participação dos órgãos estaduais nos cursos
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Levantamento da demanda de cursos junto às prefeituras Levantamento dos técnicos de prefeitura aptos para a elaboração do curso Estabelecimento de um plano de ensino com as ementas do curso Preparação do curso Implementação dos cursos para os técnicos dos municípios Avaliação dos cursos

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019	
<b>Ação 9</b>	<b>Integrar e articular o Projeto Orla aos Planos Diretores Municipais</b>
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	Projeto Orla está sendo aplicado em vários municípios costeiros brasileiros
<b>ODS associado</b>	11; 14; 15
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Erosão costeira Urbanização Falta de gestão e/ou administração das praias pelos municípios costeiros Ocupação de áreas públicas Falta de ordenamento no espaço marinho (Planejamento Espacial Marinho)
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Turismo, construção civil e setor imobiliário, governo municipal, setor portuário, lazer, pesca artesanal e industrial, maricultura, entre outros
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Sistema de Monitoramento Costeiro Relatório de Qualidade Ambiental Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro Projeto Orla Plano Diretor Zoneamento Ambiental Municipal
<b>Diretrizes e Ações da Política Nacional de Adaptação</b>	Realizar o Mapeamento Planialtimétrico da ZC Elaborar programa de aquisição de dados contínuos e padronizados (biótico e abiótico) Integrar e operar sistemas de informação e dados para monitoramento Integrar instrumentos de planejamento territorial nas diferentes esferas com foco na erosão costeira Determinar áreas prioritárias para intervenção Aperfeiçoar a integração entre a gestão costeira e a gestão de bacias Gerar conhecimento para diagnósticos, monitoramento e previsão do impacto e resposta Integrar políticas públicas para incrementar ações de caráter preventivo e corretivo Inserir a lente climática no Gerenciamento Costeiro
<b>Objetivo(s)</b>	Apresentar o Projeto Orla aos municípios costeiros brasileiros que ainda não o possuem Implementar e consolidar o Projeto Orla nos municípios costeiros brasileiros que já possuem o programa Diagnosticar o estado atual do Projeto Orla nos municípios costeiros Diagnosticar o estado atual dos Planos Diretores municipais entre os anos de 2006 a 2017. Diagnosticar as ações dos Comitês Gestores da Orla, bem como dos Conselhos das Cidades nos municípios costeiros
<b>Meta(s)</b>	Diagnosticar a situação atual dos Planos Diretores municipais em seis meses Diagnosticar a situação atual do Projeto Orla nos municípios em 6 meses Avaliar o processo de integração entre os Planos Diretores municipais e Projeto Orla em 12 meses.
<b>Coordenador</b>	Comunidade Científica
<b>Produto</b>	NÃO APRESENTADO
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>
	<b>Prazo para conclusão</b>
NÃO APRESENTADO	

<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Número de municípios com Projeto Orla na costa brasileira /ano
	INDICADOR 2	Número de Planos diretores implementados entre 2006 a 2017 na costa brasileira
	INDICADOR 3	Número de Planos Diretores em revisão após 2016 nos municípios costeiros
	INDICADOR 4	Número de municípios com ações integradas do Projeto Orla e do Plano Diretor na costa brasileira
	INDICADOR 5	Número de leis implementadas em função da integração do Projeto Orla e do Plano Diretor Municipal
	INDICADOR 6	Número de ações relacionadas ao Projeto Orla e Plano Diretor em reuniões dos Conselhos de Urbanismo e ou Projeto Orla.
	INDICADOR 7	Número e tipos de planos, programas e projetos de revitalização da Orla no litoral brasileiro
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	WEB, Posters, Folders, Jornais locais e Aplicativos	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Levantamento qualitativo e quantitativo nos municípios que estão integrando e articulando Planos Diretores e o Projeto Orla na costa brasileira Articulação entre SPU e MMA junto aos OEMA a fim de avaliar a forma de integração e articulação dos Planos Diretores e Projeto Orla	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Levantamento nos municípios, e por setores costeiros, dos Projetos Orla realizados, assim como o atual estado dos mesmos. Levantamento nos municípios das leis de uso e ocupação do solo e Planos Diretores implementados em 2006, bem como os avaliados em 2016. Levantamento do estado dos Conselhos Gestores da Orla, bem como dos Conselhos de Urbanismo. Avaliar o grau de integração entre os Planos Diretores e Projetos Orla por meio de Oficinas e ou entrevistas com os municípios.	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Levantamento do estado atual dos Planos Diretores Levantamento do estado atual do Projeto Orla Levantamento das ações realizadas pelo Projeto Orla Levantamento da estrutura e funcionamento dos Conselhos Gestores do Projeto Orla e dos Conselhos Gestores de Urbanismo Seminário Integrado entre Secretarias de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, SPU, e Secretarias de Planejamento Urbano a fim de avaliar o processo de integração entre o Projeto Orla e o Plano Diretor Estabelecer um programa integrado entre o Projeto Orla e o Plano Diretor Municipal	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 10</b>	<b>Ampliar o número de Estados com Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (PEGC)</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	PNGC	
<b>ODS associado</b>	12: 12.2, 12.8, 12.b; 13: 13.1, 13.2, 13.b; 14: 14.1, 14.2, 14.5, 14.b; 15: 15.5, 15.9	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Fragmentação e superposição de políticas, planos, programas, projetos e ações dos diferentes níveis de governo e dos agentes econômicos atuantes na ZC	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	União, estados e municípios; turismo; urbanização; pesca artesanal; atividade portuária; produção de energia eólica; produção de petróleo e gás; carcinicultura; extração de sal marinho	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Planos diretores participativos e código de meio ambiente municipais, ZEEC, SIGERCO, SMA-ZC, RQMA-ZC, PGZC	
<b>Objetivo(s)</b>	Ampliar o número de estados com os PEGC elaborados e implantados	
<b>Meta(s)</b>	Estados com PEGC elaborados e implantados	
<b>Coordenador</b>	G17	
<b>Produto</b>	PEGC's elaborados e transformados em lei	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: formação de comitê gestor de articulação e integração (planejamento) para elaboração do PEGC.	2017
	Atividade 2: realização de oficinas em municípios polos para viabilizar a participação da sociedade civil.	2018
	Atividade 3: elaboração do texto de lei do PEGC com a participação do comitê gestor	2018
	Atividade 4: PEGC elaborado e encaminhado para os trâmites legais junto ao poder executivo e/ou legislativo	2019
	Atividade 5: PEGC transformado em lei	2019
	Atividade 6: Monitoramento da implantação do PEGC	A partir de 2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Comitê gestor de articulação e integração (planejamento)
	INDICADOR 2	PEGC elaborados
	INDICADOR 3	PEGC implantados
	INDICADOR 4	PEGC monitorados
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Oficinas, relatórios e mídias	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Apoio à capacitação de gestores e equipes técnicas estaduais para a elaboração dos PEGC's.	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Realização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa para a elaboração do PEGC; realização das oficinas; elaboração do texto do PEGC; encaminhamento para os trâmites legais; divulgação do instrumento e implantação do Plano	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Apoio à capacitação de gestores e equipes técnicas municipais para a implantação do PEGC; considerar as diretrizes do PEGC na elaboração dos instrumentos municipais de gestão territorial e ambiental	



Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 11</b>	<b>Identificar e divulgar as boas práticas desenvolvidas pelo G17 e municípios costeiros relacionadas à gestão da zona costeira, marinha e flúvio-estuarina</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	PEGC, ZEEC, PGI's, Planos Diretores	
<b>ODS associado</b>	8.9; 11: 11.3, 11.4, 11.6, 11.a, 11.b; 12.b; 13: 13.1, 13.2; 13.b; 14: 14.1, 14.2, 14.4, 14.5, 14.b; 15: 15.5, 15.9 a, b, c	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Dificuldade na adoção de ações participativas em todo o processo de planejamento e na prática da gestão costeira integrada	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Estados e municípios; turismo; urbanização; pesca artesanal; empresas de coleta e tratamento de resíduos sólidos	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	PEGC, PMGC, ZEEC, SIGERCO, SMA-ZC, RQMA-ZC, PGZC	
<b>Objetivo(s)</b>	Identificar, divulgar e potencializar as experiências exitosas junto a outros atores e regiões da ZC	
<b>Meta(s)</b>	Divulgação dos relatos e descrições das experiências exitosas na gestão da ZC	
<b>Coordenador</b>	G17	
<b>Produto</b>	Publicação <i>on line</i>	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Oficinas para registros de relatos de experiências	2017/2018
	Atividade 2: Relatórios das oficinas	2018
	Atividade 3: Seminário para divulgação das experiências	2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Boas práticas identificadas
	INDICADOR 2	Relatório das experiências
	INDICADOR 3	Boas práticas divulgadas
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Oficinas, relatórios e mídias	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Apoio para a realização das atividades	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Realização dos eventos em nível regional (Norte, Nordeste e Sul/Sudeste), seguindo a representação dos grupos do G17 no GI-Gerco. Um dos Estados se disponibiliza a receber os demais e cada um assume os custos de participação dos seus representantes	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Participação nos eventos regionais e absorção das diretrizes do PEGC nos instrumentos municipais (Planos Diretores, Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro dentre outros instrumentos norteadores do uso e ocupação do solo e do uso dos recursos ambientais	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 12</b>	<b>Identificar os estados que ainda não implantaram o ZEEC e acompanhar os que estão em fase de elaboração e implantação, visando o fortalecimento deste instrumento do PNGC</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	PNGC, ZEEC	
<b>ODS associado</b>	11: 11.3, 11.4, 11.6, 11.a, 11.b; 12.2; 13: 13.2, 13.b; 14: 14.1, 14.5, 14.b; 15: 15.1, 15.2, 15.3, 15.5, 15.9	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Uso e ocupação do solo desordenado na parte terrestre, erosão costeira, elevação do nível dos oceanos e conflitos de gestão no uso do espaço marinho	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Estados, Municípios, SPU, MMA, MTur, MAPA, turismo, agricultura, indústria, exploração de petróleo, carcinicultura, produção de energia, urbanização, pesca, atividade portuária, produção de sal marinho	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	PEGC, PMGC, ZEEC, SIGERCO, SMA-GC, RQMA-ZC, PGZC, PGI's, Planos Diretores, Códigos de Meio Ambiente	
<b>Objetivo(s)</b>	Com base no diagnóstico desenvolvido pela Diretoria de Zoneamento Territorial do MMA, identificar a situação dos estados quanto aos ZEECs, visando estimular os que ainda não implementaram este instrumento	
<b>Meta(s)</b>	Ampliar o número de ZEEC's implantados	
<b>Coordenador</b>	G17	
<b>Produto</b>	ZEECs e sistema de acompanhamento para a implantação elaborados	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Apropriação do diagnóstico do MMA sobre ZEEC e identificação dos Estados que ainda não elaboraram os zoneamentos.	2017
	Atividade 2: Articulação entre os estados e o MMA para a elaboração dos zoneamentos	2017/2018
	Atividade 3: Definição e implantação de um sistema de acompanhamento dos ZEECs	2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Avaliação do ZEE realizada pelo MMA e identificação dos Estados sem ZEEC
	INDICADOR 2	Estados interessados em desenvolver e implantar o ZEEC
	INDICADOR 3	Número de estados com ZEEC implantados
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Divulgação através da mídia nos Estados e municípios envolvidos	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Disponibilização de informações; apoio para envolvimento de consultores para elaboração do ZEEC nos estados; parcerias MMA/OEMAs	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Disponibilização de informações e coordenação dos trabalhos do ZEEC; disponibilização de equipe técnica; articulação	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Disponibilização de informações e de equipe técnica para participar do processo participativo da elaboração do ZEEC	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 13</b>	<b>Avaliar as ações efetivas dos Comitês da Orla Marítima e dos PGIs, considerando as modificações recentes da Lei 13.240/2015 e o Termo de Adesão, por intermédio das Comissões Técnicas Estaduais (CTE)</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	Projeto Orla; PEGC e PMGC	
<b>ODS associado</b>	11: 11.3, 11.6, 11.7, 11.a, 11.b; 12.2; 13: 13.1, 13.2, 13.b; 14: 14.5, 14.b; 15.9	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Uso e ocupação do solo desordenado na parte terrestre, erosão costeira, elevação do nível dos oceanos e gestão de praias municipais	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Estados (G17), Municípios, SPU, MMA e MTur; Turismo, Urbanização, Pesca, Atividade Portuária, Comércio	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	PEGC, PMGC, ZEEC, SIGERCO, SMA-GC, RQMA-ZC, PGZC e PGI's	
<b>Objetivo(s)</b>	Analisar a efetividade dos Comitês da Orla Marítima na elaboração e implantação dos PGIs, considerando as modificações recentes da Lei 13.240/2015 e o Termo de Adesão, por intermédio das Comissões Técnicas Estaduais	
<b>Meta(s)</b>	Revisão dos PGI's já elaborados, considerando as alterações legais e avaliando a efetividade dos Comitês de Orla Marítima em funcionamento	
<b>Coordenador</b>	G17	
<b>Produto</b>	Relatório	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Mobilização dos Comitês Gestores e a CTE	2017
	Atividade 2: Avaliação dos PGI's em implantação e dos Comitês em funcionamento	2018
	Atividade 3: Relatório elaborado	2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	PGI's e Comitês avaliados
	INDICADOR 2	PGI's implantados e Comitês em funcionamento adotando a nova legislação
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Relatórios e mídias	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Divulgação através da mídia	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Disponibilização de informações; apoio aos municípios; disponibilização de equipe técnica; articulação; parcerias	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Disponibilização de informações e de equipe técnica para participar do processo de avaliação; divulgação dos resultados	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 14</b>	<b>Regular o tráfego de veículos automotores e embarcações em área de praias</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	PGI's, PDP, PEGC, PGZC	
<b>ODS associado</b>	11: 11.3, 11.6, 11.7, 11.a, 11.b; 12.2; 13: 13.1, 13.2, 13.b; 14: 14.5, 14.b; 15.9	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Uso das praias por veículos automotores para passeio turístico e rally's, conflitando com: ocupação de espaços destinados a petrechos de pesca artesanal; usuários das praias gerando acidentes; lazer das populações de núcleos residenciais e de veraneio; usuários de equipamentos turísticos e <i>resorts</i> ; circulação de pedestres; reprodução das tartarugas marinhas em geral, com destaque para as espécies em extinção	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	MTur, MMA, ICMBio, Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente estaduais e municipais; departamentos de trânsito	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	PEGC, PMGC, ZEEC, SIGERCO, SMA-GC, RQMA-ZC, PGZC, PGI's e SMC	
<b>Objetivo(s)</b>	Propor rotas alternativas que permitam assegurar a demanda pelos passeios turísticos nas praias em veículos automotores visando manter esta atividade com sustentabilidade	
<b>Meta(s)</b>	Ampliar o número de estados costeiros que já normatizaram o uso das praias por veículos automotores	
<b>Coordenador</b>	G17	
<b>Produto</b>	Instrumentos legais estaduais e/ou municipais elaborados e aprovados	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Levantamento de dados sobre a circulação de veículos nas praias	2017
	Atividade 2: Realização de oficinas junto aos comitês gestores da orla com a participação de convidados (associações de bugueiros, empresas de aluguel de quadriciclos, concessionárias de veículos 4X4)	2017/2018
	Atividade 3: Elaboração e aprovação da norma	2018
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Número de estados e/ou municípios que desenvolveram oficinas com este objetivo
	INDICADOR 2	Número de estados e/ou municípios que elaboraram a norma
	INDICADOR 3	Número de estados e/ou municípios que aprovaram a norma
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Mídias locais e estaduais	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Divulgação na mídia e inclusão de recomendação no Plano Nacional de Turismo	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Mobilização dos atores sociais em nível do Estado através da CTE	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Mobilização dos atores sociais através dos Comitês Gestores do Orla	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 15</b>	<b>Contribuir para a implementação do ODS 14 (Vida Subaquática) no Brasil</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC); PNRH; políticas de ciência, tecnologia, participação social, inclusão digital; políticas de conservação da biodiversidade aquática; Lei de crimes ambientais; Relatório Pesca Vital; 1o Autodiagnóstico das Redes costeiras e Marinhas Brasileiras; Painel Brasileiro de Biodiversidade; regulamentações CONAMA; Relatórios do Governo, UNESCO e Sociedade Civil sobre ODS14; Planos Diretores; Projeto Orla; PNMA; SNUC; PNAP; Acordo de Paris; Marco de Sendai; políticas nacionais de adaptação a mudanças climáticas; licenciamento ambiental; NORMANS; e demais políticas públicas relacionadas ao ecossistema costeiro e marinho, Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas	
<b>ODS associado</b>	14	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Ausência de mecanismo de controle e participação social nas políticas públicas ligadas ao Oceano, principalmente às relacionadas ao ODS 14	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Público, privado e sociedade em geral	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>		
<b>Objetivo(s)</b>	Incentivar a participação da sociedade civil, sejam elas redes de conhecimento, organizações não-governamentais e/ou movimentos sociais na implementação e discussão das políticas públicas ligadas às questões costeiras e marinhas, principalmente relacionadas ao ODS 14	
<b>Meta(s)</b>	Garantir a participação da sociedade civil em processos decisórios para a gestão costeira e marinha no Brasil	
<b>Coordenador</b>	Sociedade Civil	
<b>Produto</b>	Relatório final de atividades para publicação	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Desenvolver sistema de indicadores quali-quantitativos para o monitoramento das metas relativas ao ODS14 no Brasil	09/2018
	Atividade 2: Desenvolver estudo colaborativo sobre as interações entre ODS14 e demais ODS no Brasil, de modo a elucidar caminhos para a transição para uma economia azul de baixo carbono no Brasil	11/2019
	Atividade 3: Desenvolvimento de banco de dados para monitoramento e controle social das políticas públicas (ex., urbana, setoriais e ambientais) para o desenvolvimento sustentável do mar brasileiro	12/2018
	Atividade 4: Conduzir reuniões de trabalho regionais entre as Procuradorias da República do Ministério Público Federal e organizações da sociedade civil, com o objetivo de colher informações para estruturação de banco de dados	11/2019
	Atividade 5: Realizar dois seminários (2018 e 2019) com instituições públicas para avaliar a implementação das Diretrizes Internacionais para a Pesca Artesanal no Brasil	11/2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Relatório contendo os indicadores quali-quantitativos desenvolvidos colaborativamente e aplicados às metas do ODS 14 publicado e apresentado ao GI-Gerco

	INDICADOR 2	Relatório sobre as interações entre ODS e respectivas recomendações para a transição rumo a uma economia de baixo carbono publicado e apresentado ao GI-Gerco
	INDICADOR 3	Banco de dados sobre políticas públicas desenvolvido e disponível para consulta e contribuição popular
	INDICADOR 4	Registro e relatórios das reuniões com o MPF e SC e apresentados ao GI-Gerco
	INDICADOR 5	Registros dos seminários realizados e respectivos relatórios encaminhados para as instituições competentes e apresentados ao GI- Gerco
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Reuniões, eventos, mídias digitais	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Aprimorar o SISNAMA em relação aos assuntos de mar e costa Coordenação das ações realizadas a partir dos contatos dos pontos focais das redes/orgs costeiras e marinhas	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Envolvimento das equipes técnicas do Gerco/Orla, do Ministério Público, das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e fóruns colegiados relacionados	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Incentivo à criação e consolidação de políticas públicas para mar e costas nos municípios (ex., UCs de uso sustentável nas zonas urbanas e periurbanas e proteção integral, nas zonas rurais; projeto Orla, etc.)	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 16</b>	<b>Contribuir para a aprovação e implementação das ações presentes no PL 6.969/2013</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC); PNRH; Lei de crimes ambientais; regulamentações CONAMA; Projeto Orla; PNMA; SNUC; PNAP; PNMC	
<b>ODS associado</b>	14	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Estabelecimento de um marco regulatório para mar e costas que possa integrar as atividades produtivas com ações de conservação, criar um bioma marinho, e instituir o mecanismo do Planejamento Espacial Marinho	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Público, privado e sociedade em geral	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>		
<b>Objetivo(s)</b>	Instituir a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e buscar mecanismos e sinergias para sua implementação	
<b>Meta(s)</b>	Reunir com entidades governamentais, e com demais Ministérios para buscar oportunidades de atuação conjunta no âmbito do PL 6.969/2013 e discutir formas de articular sua aprovação junto ao Congresso Nacional	
<b>Coordenador</b>	Sociedade Civil	
<b>Produto</b>	Reuniões interministeriais para debater o PL 6.969/2013	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Reuniões com o IBGE para consensuar termos técnicos para a definição do bioma costeiro e marinho	06/2018
	Atividade 2: Atuar junto com o MPF no debate sobre o PL 6969/2013	12/2018
	Atividade 3: Seminário para debater os instrumentos previstos no PL 6969/2013	12/2018
	Atividade 4: Apoiar a discussão nacional, através de reuniões audiências públicas, sobre o planejamento espacial marinho e as demais ferramentas do PL	12/2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	NT do IBGE com definição sobre o bioma costeiro e marinho
	INDICADOR 2	Contribuições diversas ao texto do PL em formato de emendas
	INDICADOR 3	Relatório do Seminário sobre o PL 6969/2013
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Reuniões, eventos, mídias digitais e ofícios	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>		
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>		
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>		

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 17</b>	<b>Desenvolver estudo de caso regional de governança costeira-marinha integrada para o Ecossistema Babitonga (Santa Catarina)</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	<p>Iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Itapoá em parceria com a ANAMMA para harmonização de ações administrativas e uniformização da política ambiental em nível regional relativas ao Gerenciamento Costeiro, de acordo com os incisos III e IV do Art. 3º, da Lei 140/2011</p> <p>Iniciativa do Ministério Público Federal, IBAMA, ICMBio e Universidade da Região de Joinville para aplicação de recursos de multa ambiental em iniciativas de gestão ambiental pública com base ecossistêmica, como o planejamento espacial marinho e o fomento a redes locais de ecocidadania em cada município do entorno da baía Babitonga (ex. Projeto Babitonga Ativa)</p> <p>Grupo Pró-Babitonga (fórum colegiado regional que contempla 26 representantes do poder público e dos segmentos socioeconômico e socioambiental) está analisando cenários para a gestão integrada do Ecossistema Babitonga, incluindo a estruturação de um Plano de Gestão Ecossistêmica e um Mecanismo Financeiro regional para a sustentabilidade de ações em longo prazo</p> <p>Iniciativa de ampliação da abrangência do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Cubatão-Cachoeira para todo o complexo hídrico que envolve a baía Babitonga</p> <p>Iniciativa do IBAMA de elaboração do Plano de Área e um estudo de caso para a unificação dos programas de monitoramento ambiental no âmbito das condicionantes do licenciamento ambiental na baía Babitonga</p> <p>Iniciativa do Governo de Santa Catarina de criação do GT SC-Babitonga, com vistas à implementação do zoneamento ecológico econômico</p> <p>Ações para a conservação da biodiversidade na Babitonga recomendadas pelo PAN-Manguezal, PAN-Pequenos cetáceos, PAN-Toninhas, Comitê de Especialistas da Comissão Internacional Baleeira, Portarias 444/445 de espécies ameaçadas, PAN-Corais, PAN-Elasmobrânquios e Áreas Prioritárias para a Conservação da Natureza</p>	
<b>ODS associado</b>	14	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Embora exista uma fragmentação e baixa eficiência na gestão ambiental pública costeira e marinha na região da baía Babitonga (acirrando conflitos entre segmentos da sociedade), novas oportunidades de ações integradas surgiram nos últimos anos, podendo demonstrar soluções replicáveis para outras regiões costeiras do país	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Seis municípios do entorno da Baía Babitonga (Itapoá, Garuva, Joinville, Araquari, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Secretaria de Estado de Planejamento (Governo de Santa Catarina); Governo Federal (ICMBio, Ibama, SEP/MP, Antaq); representantes dos segmentos público, socioeconômico (pesca, transporte aquaviário, Turismo e Lazer, mineração e maricultura) e socioambiental (organizações não governamentais e universidades) no Grupo Pro Babitonga	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Planos Nacional e Estadual de Gerenciamento Costeiro, PNRH 2016-2020, SNUC, Código Estadual do Meio Ambiente (lei nº 14.675/2009)	
<b>Objetivo(s)</b>	Desenvolver um estudo de caso de integração das políticas de gestão ambiental pública e desenvolvimento sustentável.	
<b>Meta(s)</b>	Demonstrar a aplicação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nº 14 para orientar políticas públicas territoriais, oferecendo um estudo de caso que ilumine caminhos para a gestão ambiental pública a partir de modelos inovadores de parceria entre os atores sociais.	
<b>Coordenador</b>	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente	
<b>Produto</b>	Relatório Final sobre o Estudo de Caso Regional de Integração de Instrumentos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Zona Costeira no Ecossistema Babitonga.	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Seminário científico para delinear um modelo de programa unificado de monitoramento socioambiental do Ecossistema Babitonga	10/2018
	Atividade 2: Reuniões semestrais de acompanhamento das atividades de integração das ações administrativas públicas e do	11/2019



	Grupo Pro Babitonga (ex. atividades de planejamento espacial marinho) com os projetos Orla municipais e Gerenciamento Costeiro Estadual	
	Atividade 3: Elaboração de Plano de Sustentabilidade Financeira (estratégia de captação e gestão de ativos e política de investimentos) para a gestão ambiental pública no Ecossistema Babitonga, buscando contribuições de iniciativas no âmbito do governo estadual e federal (ex., Fundo Azul/MMA)	06/2018
	Atividade 4: Seminário regional sobre "Mentalidade Marítima" com o objetivo de refletir sobre políticas integradas de educação ambiental na zona costeira da baía Babitonga	11/2018
	Atividade 5: Reuniões semestrais com o Departamento de Recursos Hídricos do MMA, a Gerência Costeira e a Câmara Técnica de Integração da Gestão Costeira das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira para contribuir com a execução da Prioridade 16 do PNRH 2016-2020: "Integrar as zonas costeiras ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos" (Resolução No 181/16, do CNRH)	11/2019
	Atividade 6: Conduzir metodologia participativa de 'planejamento de cenários transformativos' para traçar caminhos de longo prazo para a regeneração do Ecossistema Babitonga (ex., abertura do Canal do Linguado)	06/2019
	Atividade 7: Seminário institucional de fomento à consolidação dos Instrumentos do Gerenciamento Costeiro na regional do litoral norte de Santa Catarina	09/2017
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Seminário organizado e realizado
	INDICADOR 2	Reuniões organizadas e realizadas
	INDICADOR 3	Desenvolvimento do Plano
	INDICADOR 4	Seminário organizado e realizado
	INDICADOR 5	Reuniões organizadas e realizadas
	INDICADOR 6	Desenvolvimento e consolidação da metodologia
	INDICADOR 7	Seminário organizado e realizado
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	Reuniões institucionais, eventos externos, mídias digitais	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>		
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Articulação com Estado, Academia, Sociedade Civil e ANAMMA	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Articulação com os Governos Municipais, Associações Regionais de Municípios, ANAMMA, Sociedade Civil e Universidades	

Plano de Trabalho - PAF 2017-2019		
<b>Ação 18</b>	<b>Promover ações para divulgação e implementação da Lei nº12.340/15 e sua regulamentação sobre a transferência da gestão das praias urbanas aos municípios</b>	
<b>Planos, Programas e Projetos em curso associados</b>	MPF-GERCO	
<b>ODS associado</b>	14	
<b>Problema e/ou conflito associado</b>	Dúvidas e desconhecimento sobre os efeitos da transferência por parte dos atores	
<b>Setores econômicos ou governamentais associados</b>	Governo Municipal e Órgãos Ambientais Estaduais	
<b>Instrumento de gestão relacionado</b>	Projeto Orla Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro	
<b>Objetivo(s)</b>	Capacitar as Secretarias do Patrimônio da União, Membros do MPF, órgãos ambientais, Advogados da União e Prefeituras a exercer suas atribuições/competências	
<b>Meta(s)</b>	Organização de oficinas de trabalho com a apresentação dos cenários previstos	
<b>Coordenador</b>	Ministério Público Federal	
<b>Produto</b>	Manual/Roteiro de Gestão das Praias	
<b>Cronograma (atividades e prazos)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Prazo para conclusão</b>
	Atividade 1: Oficina Sudeste	12/2017
	Atividade 2: Oficina Nordeste	06/2018
	Atividade 3: Oficina Sul	12/2019
<b>Indicador(es) de Efetividade</b>	INDICADOR 1	Número de Oficinas de trabalho realizadas
	INDICADOR 2	Número de Órgãos participantes das oficinas
	INDICADOR 3	Número de demandas judiciais sobre o tema
<b>Formas de Comunicação da ação</b>	E-mails, whatsapp e comunicação interna pelos representantes dos órgãos	
<b>Forma de implementação da ação em escala federal</b>	Apoio dos órgãos centrais	
<b>Forma de implementação da ação em escala Estadual</b>	Apoio dos órgãos estaduais e Gercos	
<b>Forma de implementação da ação em escala municipal</b>	Apoio aos Municípios com liberação dos técnicos para participação	

## **5. MONITORAMENTO**

As ações do IV PAF-ZC serão monitoradas em todas as sessões do GI-Gerco de 2018 e 2019. Cada coordenador deverá apresentar as atividades já executadas, os resultados obtidos, as dificuldades encontradas e possíveis formas de resolução para deliberação em plenária.

MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE

